Signótica | ISSN: 2316-3690 DOI: 10.5216/sig.v38.82920

Dossiê - Literatura e investigação: enquete, entrevista, testemunho e reportagem nos séculos XIX e XX

Os traços e as feições do caso Castro Malta na imprensa oitocentista

The traces and features of the Castro Malta case in the 19th century press

Huellas y rasgos del caso Castro Malta en la prensa del siglo XIX

Ana Gomes Porto
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
agporto@ufpa.edu.br

Resumo: Este artigo se volta à análise das repercussões midiáticas do desaparecimento de Castro Malta (novembro de 1884). Os jornais, defendendo e/ou criticando a polícia, construíam uma opinião pública que ia de encontro (ou não) a um movimento de suspeição de indivíduos. O caso também deu ensejo a uma narrativa folhetinesca publicada n'*A Semana* (*Mattos, Malta ou Matta?*) em 1885. Pretende-se, então, indagar em que medida o escritor – Aluísio Azevedo – dialogou com formas populares e se aproveitou de um caso verídico para construir uma narrativa que pode ser considerada o primeiro romance policial brasileiro.

Palavras-chave: Aluísio Azevedo; Castro Malta; *Mattos, Malta ou Matta?*; romance policial.

Abstract: This article analyzes the media repercussions of Castro Malta's disappearance (November 1884). Newspapers, defending and/or criticizing the police, shaped public opinion that either supported (or did not support) a movement of suspicion toward individuals. The case also gave rise to a serialized narrative published in *A Semana* (*Mattos, Malta*

ou Matta?) in 1885. The aim, then, is to investigate the extent to which the writer – Aluísio Azevedo – engaged with popular forms and took advantage of a true story to construct a narrative that can be considered the first Brazilian detective novel.

Keywords: Aluísio Azevedo; Castro Malta; *Mattos, Malta ou Matta?*; detective novel.

Resumen: Este artículo se centra en el análisis de las repercusiones mediáticas de la desaparición de Castro Malta (noviembre de 1884). Los periódicos defendiendo y/o criticando a la policía, construyeron una opinión pública que coincidía (o no) con un movimiento de sospecha hacia ciertos individuos. El caso también dio lugar a una novela por entregas publicada en *A Semana* (*Mattos, Malta o Matta?*) en 1885. Se pretende, entonces, indagar en qué medida el escritor – Aluísio Azevedo – dialogó con las formas populares y aprovechó un caso que puede considerarse la primera novela policíaca brasileña.

Palabras clave: Aluísio Azevedo; Castro Malta; *Mattos, Malta ou Matta?*; novela policíaca.

Submetido em: 01 de junho de 2025

Aceito em: 15 de setembro de 2025

Publicado em: 17 de junho de 2026

1 Introdução

> Mattos, Malta ou Matta?
>
> De um cavalheiro cujo nome ocultamos, não só a seu pedido, como porque seria imprudente e talvez mesmo perigoso revelá-lo, recebemos uma importantíssima carta, a que damos publicidade porque o seu assunto se prende intimamente à gravíssima questão – Castro Malta.
>
> É possível, provável mesmo, que das obsequiosas informações desse cavalheiro resultem novos elementos de convicção que auxiliem o desfecho dessa questão, concorrendo para descobrir esse tenebroso mistério, que tanto se empenha a polícia em ocultar.
>
> Ao nosso informante, pedimos desculpa de havermos publicado integralmente a sua carta e que nos remeta sem detença quaisquer informações novas, que porventura venha a colher (A Semana, 3 jan. 1885, p. 5).

Essa narrativa dá início ao folhetim *Mattos, Malta ou Matta,* publicado por Aluísio Azevedo, em 1885, dividido em duas partes: "Cartas: novas revelações" e "Romance ao correr da pena". Torna-se interessante notar que não há nenhuma explicação para as cartas se tornarem romance ao correr da pena, fato que, a nosso ver, indica que os leitores estavam habituados com essas transições. O folhetim em questão era baseado em um caso real que tomava proporções grandiosas na imprensa da época, tanto a escrita quanto a ilustrada. Nesse sentido, pode-se dizer que o escritor "investiga", nas páginas da imprensa, aquilo que dará suporte ao seu texto ficcional.

Por meio da narrativa citada, podemos afirmar que há elementos intrínsecos a um tipo de romance que floresce no mundo ocidental desde a década de 1860, a partir das publicações de Émile Gaboriau: o *roman judiciaire*, termo traduzido para o Brasil, naquela época, como romance judiciário. Essa forma narrativa iria

gerar o que ficou conhecido como romance policial. Assim, termos como "cujo nome ocultamos", "auxiliem o desfecho dessa questão" e "tenebroso mistério" (A Semana, 3 jan. 1885, p. 5) se fazem presentes nessa literatura e fornecem uma espécie de lugar comum para o gênero.

Obviamente, os romances judiciários dialogavam com outras formas narrativas da época. A principal delas era o romance de sensação, produzido na Inglaterra, também na década de 1860, com grande sucesso de público, tal qual o romance judiciário. Havia uma circulação que os relacionava, a qual podemos observar pelo anúncio das obras de Émile Gaboriau e Fortuné du Boisgobey na Inglaterra, que eram tidas como romances de sensação[1], apesar de serem escritos por autores conhecidos de *roman judiciaire*, na França.

Kalifa e Vaillant (2004), ao se referirem ao século XIX francês, apontam para a formação de uma cultura midiática que se transformou, com o passar dos anos, em uma cultura de massa. Para esses autores, tal fenômeno e suas mudanças ocorreram no universo da imprensa e deve-se estudar a literatura como algo que foi fabricado pelo sistema midiático. Em outra publicação, Vaillant (2006) ressalta que a importância do jornal não vem da sua natureza de impresso no interior do universo da edição, mas da dupla característica de mídia coletiva – pela pluralidade de redatores, estilos, temas – e periódica. O jornal foi o "início de um sistema midiático em que a imagem, o audiovisual e as mídias eletrônicas vieram se juntar ou tomar o seu lugar" (Vaillant, 2006, p. 21).

Os inúmeros jornais publicados no Brasil – diários, semanários, mensais – multiplicaram-se desde o período da independência política e, ao menos a partir da década de 1870, é possível pensá-los como parte de uma cultura midiática nos termos em que Kalifa e Vaillant (2004) se referem à França. Em termos de tiragem, comparados com a imprensa francesa, eram bem menores, mas em termos de *modus operandi*, eram muito similares. Assim, o espaço jornalístico brasileiro foi, desde a independência, lugar de debates

1 The Gaboriau & Du Boisgobey. Sensational Novels. Anúncio (sem data).

incisivos e, também, responsável pela formação de uma opinião pública[2]. Mas a referência à década de 1870 se torna relevante no que concerne ao jornal como parte de uma pluralidade de poéticas, geradas a partir de temas cotidianos.

Ao pensar em poéticas, refiro-me às formas (escritas ou não) que se apresentavam aos consumidores de jornais da época. A leitura de um folhetim ou de uma crônica que não necessariamente estava no rodapé das folhas permanece em diálogo com as outras partes – anúncios, comentários das últimas peças teatrais, comentários políticos, editorial etc. No Brasil, a partir da década de 1870, principalmente, os jornais passam a ocupar um espaço preponderante no cotidiano das pessoas[3]. Assim, em 1875 surgia *O Mequetrefe*; no mesmo ano, a *Gazeta de Notícias*; e, em 1876, a *Revista Illustrada*, de Ângelo Agostini, trampolim de diversos literatos através da publicação de romances seriados e crônicas.

Se a literatura da época foi intrínseca à imprensa, os jornais dependiam dos escritores-jornalistas (Kalifa; Vaillant, 2004, p. 205). De acordo com Thérènty (2003, p. 630), esses "escritores-jornalistas" emergiram de um "magma textual coletivo, pois cada parte do jornal se construía como um sistema de eco estrutural, temático e ideológico com o restante do periódico". Assim, será em decorrência de "questões de estética literária que julgamos indispensável fazer um retorno através da imprensa, para compreender concretamente a construção, no século XIX, daquilo que chamamos nos dias de hoje de literatura" (Kalifa; Vaillant, 2004, p. 205).

Se para compreender a literatura atual é relevante voltar ao século XIX, é também relevante notar as diferenças históricas das folhas daquela época para as folhas atuais. Naquele contexto, deve-se compreender a imprensa como o único veículo de comunicação disponível. Em termos de cultura visual, é preciso observar a disposição das notícias que ganhavam destaque. O caso Castro Malta, ocorrido no final de 1884, gerou inúmeras notícias, imagens

2 Sobre o funcionamento da imprensa no pós-independência e na formação de uma opinião pública pelos jornais da época, ver Morel (2005).

3 Sobre a importância do jornal na rotina dos sujeitos naquela época, ver Porto (2009) e El Far (2004).

nas revistas ilustradas e até mesmo o romance de Aluísio Azevedo[4]. Pode-se dizer que o ocorrido tomou parte do cotidiano de um público variado e gerou discussões acerca das ações policiais.

O objetivo deste artigo está em mostrar as formas de apresentação do caso Castro Malta no universo da imprensa brasileira tendo em vista as relações entre as folhas diárias e as publicações imagéticas da *Revista Illustrada* e de *O Mequetrefe*. Ainda, pretende-se discutir as relações entre as perspectivas veiculadas nessas folhas e o romance de Aluísio Azevedo, partindo-se do princípio de que as páginas da imprensa foram fonte inesgotável para a escrita de Azevedo. Como conclusão, mostrar os sentidos políticos do caso e a importância da imprensa e dos escritores-jornalistas para a formação da opinião pública em um momento de intenso debate sobre a questão do fim da escravidão.

A cultura visual ganha, portanto, sentido com base em elementos que podem ser interpretados por um determinado público, quer o chamemos de leitor, ouvinte, consumidor ou outro nome qualquer. Cabe indagar se há elementos suficientes para, na indeterminação histórica, conceber a(s) história(s) que se pretendia contar. O diálogo entre alguns jornais cotidianos, a análise mais detida destas duas folhas ilustradas e a análise da publicação seriada de Aluísio Azevedo certamente darão uma percepção mais clara dos significados políticos do caso.

Pretende-se, também, compreender em que sentido o romance é uma construção baseada em fatos jornalísticos e em que medida fornece elementos para pensar numa espécie de paródia do *romance judiciário* (ou policial) naquela época, ou seja, mantendo um diálogo com romances que fazem parte desse gênero. *Mattos, Malta ou Matta* (Azevedo, 1985) – com primeira edição em 1885 – se baseia em uma busca documental sobre o caso, transformando-o em um espaço para brincadeiras e gerando a curiosidade do leitor que já o acompanhava pelas páginas da imprensa da época.

4 O autor não assume a autoria do romance, que é assinado apenas por três estrelas. Contudo, Emilio Rouéde afirmou, na sessão "Galeria do Elogio Mútuo", publicada em 20 de novembro de 1886, que a obra foi escrita por Azevedo (Bonfim, 2022). Esta sessão fazia parte, também, da folha A Semana. Bonfim (2022) considera a afirmação de Rouede como prova de que o romance era de Aluísio Azevedo, já que o mesmo não reivindicou, posteriormente, que não seria.

2 Dissonantes e harmônicos

Em editorial do dia 26 de novembro de 1884, na primeira referência ao caso Castro Malta, *O Paiz* critica o recrutamento forçado, indicando que certas pessoas desapareciam da sociedade por meio da ação do que chamou de agentes misteriosos, sem que se soubesse onde estariam esses indivíduos desaparecidos. Em *post-scriptum* ao editorial, volta-se ao desaparecimento de João Alves de Castro Malta: um "pobre artista, encadernador, sem trabalho efetivo porque pouco antes fora dispensado de comparecer à oficina" (Post-Scriptum, 1884, p. 1). Seu nome surge na lista de indivíduos presos como "vagabundo e desordeiro conhecido" (Post-Scriptum, 1884, p 1) e, pouco depois da sua prisão, a imprensa publica que um indivíduo de nome João Alves de Castro Mattos havia morrido de congestão hepática (sem declaração de residência e de onde faleceu).

Poucos dias depois, após notícias críticas à polícia pontuadas por mais de um periódico – dentre eles, *Gazeta de Notícias*, *Folha Nova*, *Gazeta da Tarde*, *O Paiz* (este, à frente dos demais) – e após a pressão exercida por familiares e amigos de Castro Malta, foi solicitada a primeira exumação do cadáver para confirmar sua identidade. Após o procedimento, entretanto, houve uma investida dos jornais para que se fizesse outra exumação, o que ocorreria apenas no final de dezembro do mesmo ano. A autorização para o segundo processo foi decorrência da repercussão do caso e da conclusão da Imperial Academia de Medicina, de que o corpo encontrado não poderia ser o de um jovem entre 22 a 24 anos de idade (pela análise do crânio), idade de Castro Malta.

Esse debate e suas conclusões ocorrem no espaço da imprensa que, na maior parte das vezes, surge como engrenagem importante para a formação de uma determinada opinião pública e para a efetivação de ações por parte dos órgãos públicos. Ao mesmo tempo em que são divulgados os relatos do delegado responsável ou o relatório da Imperial Academia de Medicina, ou então as conclusões em torno de quem era Castro Malta – um desordeiro

e vagabundo ou um trabalhador desempregado? –, os jornais imprimem características literárias ao desenrolar do caso, como no momento da primeira exumação:

> A confusão da morte era, contudo, menos impressionadora do que a confusão que reinava no espírito dos circunstantes – uns atraídos pela curiosidade do mistério tenebroso; outros enfiados pelo pavor do sacrilégio, tendo estampada nas frontes a palidez da consciência aterrada (O que [...], 1884, p. 1).

Há uma descrição impressionista do escritor, uma tentativa bem-sucedida de fornecer um caráter realista à cena, mesclado com uma perspectiva subjetiva do redator. Nota-se um certo entrelaçamento entre o fato – o desaparecimento de Castro Malta – e a literatura "do caso Malta, um caso como poucos; tão grave, tão interessante, tão curioso [...] extraordinário conto fantástico-realista, que há de futuramente figurar no grosso volume dos 'Mil e um mistérios da polícia da corte'" (Notas [...], 1884, p. 1).

Com tom irônico, a *Gazeta de Notícias* atribui ao caso uma feição literária – conto realista-fantástico e crítica – ao comparar com a história das *Mil e uma noites*, ou seja, de um modelo que tinha como característica ser uma sequência de narrativas semelhantes e infindáveis (como nas *Mil e uma noites*). Ao mesmo tempo, imprime à notícia a visão de uma polícia que é despreparada, que se enquadra no que chama de mil e um mistérios. Há críticas explícitas à polícia, como se pode notar, também, pela citação abaixo:

> Se é pelo lado da polícia que se patenteia a verdade, a conduta correta, a justiça, a humanidade, o respeito à liberdade e à segurança individual do cidadão, que a polícia seja louvada. Se não é, então, nós é que temos razão. Recrutamento, não; desaparecimento, sim (Ainda [...], 1884, p. 1).

O Paiz continua dando destaque ao caso Malta, que é publicado na primeira página. No início da notícia, em "Ainda o caso Malta", o jornal faz uma espécie de interrogatório com os antigos

patrões de Malta, qualificados como "estimados e distintos srs. Leuzinger & Filhos" (Ainda [...], 1884, p. 1). Ao final das perguntas supostamente dirigidas pelo jornal, consta que Malta fora despedido porque havia faltado quinze dias seguidos ao trabalho e, ainda, que "o seu físico representava um moço de 22 a 24 anos, baixo, moreno, cabelos crespos e um pequeno buço" (Ainda [...],1884, p. 1). Em outra matéria publicada na mesma data, "Recrutamento, não; desaparecimento, sim", há uma nova notícia, dessa vez sobre um menino de 17 anos que ficou preso por trinta dias, teve alvará de soltura expedido, mas não foi encontrado pela mãe (Ainda [...], 1884).

Algumas conclusões podem ser tiradas das citações e do posicionamento dos jornais perante o caso Malta. A primeira delas é uma preocupação com a busca da verdade. Nesse caso, o jornal coloca em dúvida se a polícia está, de fato, agindo corretamente em relação à questão. Ao contrário do *Jornal do Commercio* e do *Diario do Brazil* (que defendem as atitudes policiais), *O Paiz* segue em investigações, como se fizesse o trabalho da polícia. Ao comparar as mesmas notícias com aquelas publicadas pelo *Jornal do Commercio* e pelo *Diário do Brazil*, percebe-se que há, em *O Paiz*, uma interferência na forma de narrar – muito mais dramática, com detalhes que não fazem parte da mera publicação do relatório do delegado (como ocorre no *Jornal do Commercio* e no *Diario do Brazil*). Vejamos:

> [...] sobre o fato noticiado em uma folha diária sobre o desaparecimento de João Alves de Castro Malta, nada há de censurável para as autoridades policiais. Castro Malta faleceu na detenção da Corte por um insulto hepático, como atestou o ilustrado médico o sr. Dr. Autran (Diario do Brazil, 27 nov. 1884, p. 1).

O Paiz, investindo nas críticas à polícia, passa a ter o apoio de outras folhas, que tecem comentários favoráveis às críticas do periódico. A *Gazeta da Tarde*, sob os títulos de "Aventuras da polícia", "Mistério" e "Novo mistério", acompanha o caso de forma bastante

similar a *O Paiz*. A *Folha Nova*, em "Qual será o epílogo", "O incidente Castro Malta", "Cinismo ou imbecilidade" e "O caso Castro Malta", não poupa críticas às ações policiais.

Quais os motivos de tanta repercussão sobre o caso? A questão central para a compreensão de tantas notícias envolve as preocupações em torno do trabalho e dos trabalhadores. Balaban (2009, p. 344), ao analisar as ilustrações de Angelo Agostini na *Revista Illustrada,* aponta que "um leitor do século XXI fica plenamente convencido de que o fim da escravidão era questão de dias, já que estava na pauta da *Revista Illustrada* no ano de 1880". Maria Helena Toledo Machado, em *O plano e o pânico* (1994), nota movimento semelhante no que se refere a uma participação de diversos setores da sociedade na legitimação da abolição, sendo a década de 1880 bastante conturbada em termos políticos e sociais[5].

Mas no que a questão Castro Malta tem relação com o fim do trabalho escravo? Mais de uma vez (pela Imperial Academia de Medicina e pelos médicos-legistas) foi apontado que o indivíduo desaparecido (supostamente morto) era branco, embora fosse apontado como moreno pelos patrões, em *O Paiz*. Portanto, temos um indivíduo moreno, vagando pela Praça da Constituição às 10 horas da manhã, possivelmente com uma roupa velha (foi notado pelos médicos legistas que as calças estavam rasgadas na altura do joelho) e sem indicar que estava imbuído em alguma forma de trabalho. O que pensar desse indivíduo? Que era "desordeiro e vagabundo", como notou o policial que o mandou prender. Não à toa, o primeiro delegado de polícia faz um relatório em que apresenta diversos testemunhos que confirmam a condição de que "Castro Malta, dado ao vício da embriaguez, era desordeiro, vagabundo e não exercia mais a sua profissão de encadernador" (Polícia [...], 1884, p. 1).

Seria apenas em 1888 que a Câmara dos Deputados discutiria o projeto do conselheiro Ferreira Vianna, Ministro da Justiça, sobre a ociosidade. Mas, a partir do caso Castro Malta, vislumbra-se uma suspeição generalizada (Chalhoub, 1996, p. 23) que, de fato, está

5 Sobre o tema, ver Machado (1994).

presente também nas discussões realizadas na Câmara logo em seguida à abolição (ainda em maio de 1888).

A separação entre classes pobres e classes perigosas era difícil e permanecia em um terreno movediço. Frégier (1840), autor da obra que deu início às discussões acerca das "classes perigosas", teve dificuldade em estudar os "malfeitores". Seu estudo sobre os malfeitores acabou resultando numa ampla descrição das condições de vida dos pobres parisienses em geral, tendo falhado na tentativa de determinar a fronteira entre as "classes perigosas" e as "classes pobres" (Chalhoub, 1996, p. 21). Castro Malta era o típico indivíduo que deveria estar sob a mira da polícia: não possuía relações de compadrio com pessoas influentes, vestia-se de maneira inapropriada e não trabalhava. Pobre e, portanto, perigoso. Mas, em tempos de movimento abolicionista e movimento republicano, a prisão de Castro Malta foi contestada na matéria "Insistimos, insistimos e insistiremos": "Quando a autoridade legítima apodera-se da pessoa de um cidadão, privando-o da sua liberdade, em nome da lei, ela tem de restituí-lo à sociedade da qual o sequestrou ou tem de dar a razão por que o não pode restituir" (Insistimos [...], 1884, p. 1).

Considerado como "cidadão", a polícia não poderia tê-lo privado da liberdade e o grande problema, o mistério que envolve o caso, foi o desaparecimento de um cidadão. Nesses termos, a posição de *O Paiz* (e de Quintino Bocaiuva, que fundara o jornal em 1884) estava na insistência em deslocar um debate que cabia apenas em uma sociedade cujo funcionamento se baseava na ideologia senhorial para outros termos: aquele em que se considera que a polícia e a lei estão do lado dos cidadãos e de que esses cidadãos se caracterizam como qualquer pessoa livre (não-escrava).

Em crônica da série *Balas de Estalo*, Machado de Assis (com o pseudônimo de Lelio) problematiza a questão ao redor da igualdade ou não dos homens. A crônica se constrói a partir de um diálogo entre o narrador e os vermes do cemitério onde suposta-

mente fora enterrado Castro Malta. O narrador quer saber se eles se lembram de um defunto com esse nome. Os vermes "riram às bandeiras" e responderam:

> – Alas, poor Yorick! Não podemos saber nada; isto cá embaixo é tudo anônimo. Ninguém aqui se chama cousa nenhuma. Cesar ou João Fernandes, é para nós o mesmo jantar. Não estremeças de horror, meu filho. Castro Malta? Não temos matrículas nem pias de batismo. Pode ser que ele esteja por aí, pode ser também que não; mas lá jurar é que não juramos...
>
> – Mas então...? Não, não creio.
>
> – Não crê! Exclamaram eles em coro, rindo; não crê!
>
> – E porque é que não há de crer? Redarguiu o graúdo. Que interesse temos nós em lhe mentir? Não distinguimos nomes, nem caras, nem opiniões, quaisquer que sejam elas, políticas e não políticas (Lelio, 1884, p. 2).

Ao ironizar a política da desigualdade social no Brasil da época, a crônica aponta para vários sentidos. Um deles está na forma de Machado trazer, em meio aos relatórios sisudos publicados por algumas folhas (em especial o *Diario do Brazil*), uma narrativa fantástica em que o narrador conversa com vermes no cemitério. Vermes que, na maior parte das vezes, não se distinguem uns dos outros, são apenas "vermes". A citação inicial de Hamlet (Alas, poor Yorick!), de Shakespeare, remete a como o "bobo da corte" de Hamlet, e, nesse caso, o narrador (ou aquele que vai investigar o destino de Castro Malta) pode apenas figurar nessa história com o papel de verme. Afinal, como os vermes ensinam: todos são iguais, independentemente de cor (caras), opiniões e nomes. Ao trazer para o texto, subliminarmente, a crítica à política da desigualdade e da dependência, Lelio (Machado de Assis) insiste em afirmar a igualdade entre qualquer ser humano.

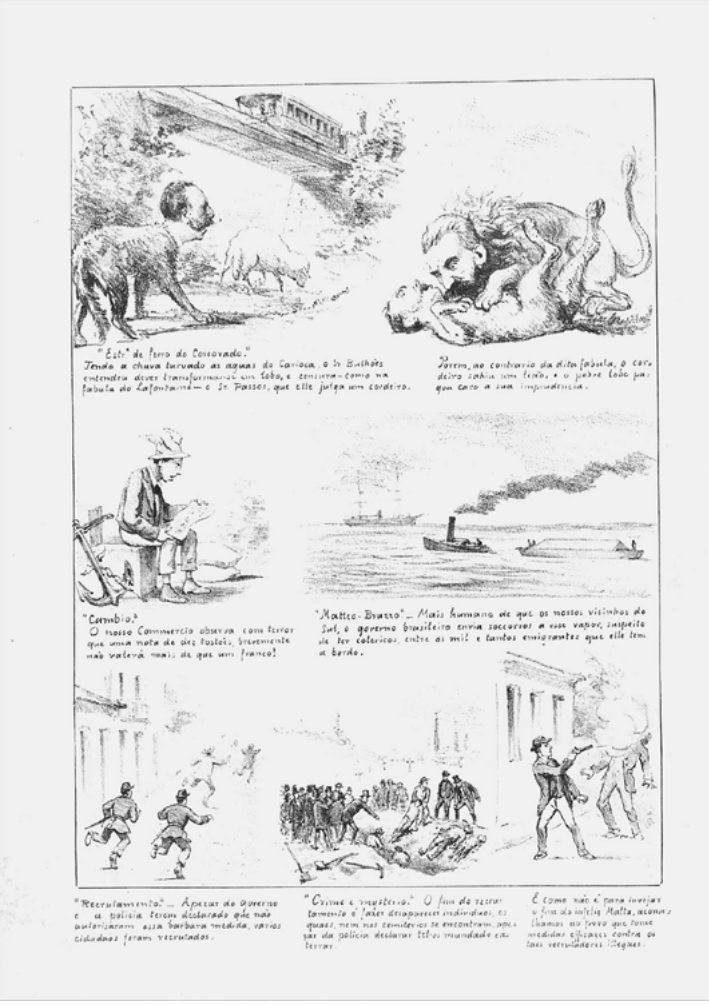
Havia um movimento de trazer para o caso Castro Malta uma discussão que, em muito, estava perene naquela sociedade: a dis-

tinção entre os indivíduos. Obviamente, se Castro Malta (ou Castro Mattos) tinha sido preso e estava desaparecido, havia um processo de seletividade, entre os indivíduos livres, pela polícia. Ou haveria ele de ser preso se estivesse bem-vestido, mesmo que vagando pelas ruas, sem trabalho?

Na cultura imagética do caso há um movimento de resumir as notícias apresentando eventos-chave e há, também, uma profunda ironia que sustenta algumas ilustrações. O item seguinte pretende analisar tais imagens considerando as representações que estão impressas ao redor do caso.

3 As vozes que saltam aos olhos

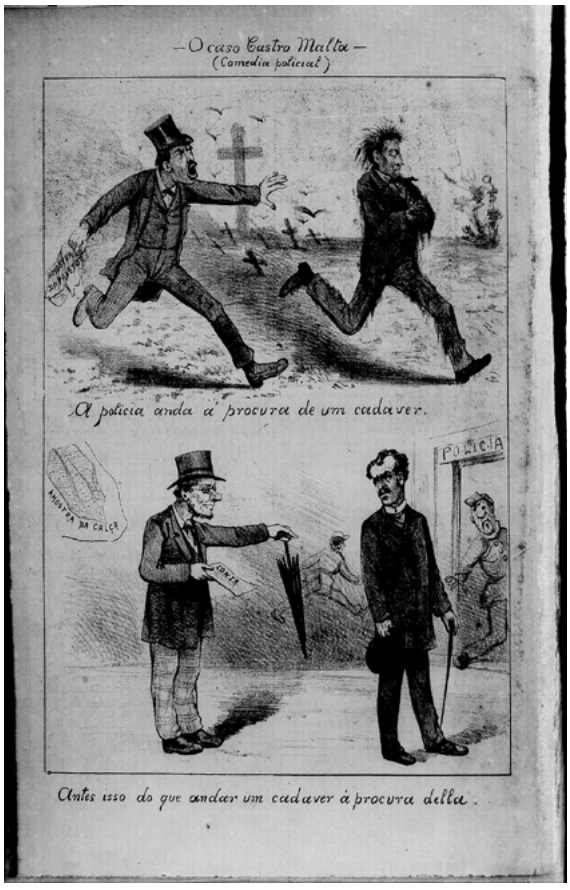
Figura 1 – *Revista Illustrada*, 30 nov. 1884



Fonte: Revista Illustrada (30 nov. 1884, p. 8).

As duas primeiras ilustrações sobre o caso Castro Malta aparecem no dia 30 de novembro de 1884, data bem próxima da primeira publicação, feita por *O Paiz*, em 26 de novembro de 1884. Cada folha tem uma atitude bem diversa de ilustrar o fato. Assim, a *Revista Illustrada* expõe sete temas na mesma página em que vai falar sobre o caso. As últimas três ilustrações são consoantes em compreendê-lo como um mistério. A sexta ilustração indica isso com todas as letras na legenda: "Crime e mysterio. O fim do recrutamento é fazer desaparecer indivíduos, os quais nem nos cemitérios se encontram, apesar da polícia declarar tê-los mandado enterrar" (Revista Illustrada, 30 nov. 1884). A imagem traz a cena da exumação e dialoga com os relatos da imprensa diária, especialmente com aqueles periódicos que criticam a polícia. Já *O Mequetrefe*, na mesma data, tem uma forma mais irônica de abordar o caso (Figura 2):

Figura 2 – O caso Castro Malta



Fonte: O Mequetrefe (O caso [...],1884, p. 7).

Com uma página dedicada apenas ao tema, são observadas duas ilustrações: a primeira, se referindo ao fato de que a polícia está atrás de um cadáver; a segunda, apontando que é melhor isso que "andar um cadáver à procura dela" (O caso [...], 1884, p. 7). Para o leitor da época, ter acesso às duas revistas é uma forma de visualizar, de forma clara, os principais sentidos que já fazem parte da imprensa diária. Um deles está na relação do desaparecimento de um indivíduo ser taxado como crime; o segundo – que é dado pela mesma folha – está em relacionar crime e mistério (Revista Illustrada, 30 nov. 1884). Por outro lado, em *O Mequetrefe* observa-se postura distinta, fato que pode exemplificar a dissonância de sentidos oferecida pelo caso. Apesar disso, a polícia é o centro de atenção em ambas as folhas.

Outras duas figuras apontam como as folhas ilustradas abordavam os eventos, fornecendo subsídios para as elaborações imagéticas em torno do caso Castro Malta. Numa inversão de sentidos, agora *O Mequetrefe* elabora uma espécie de história em quadrinhos, muito comum na época (Figura 3), e a *Revista Illustrada* apresenta uma única ilustração, chocante (Figura 4).

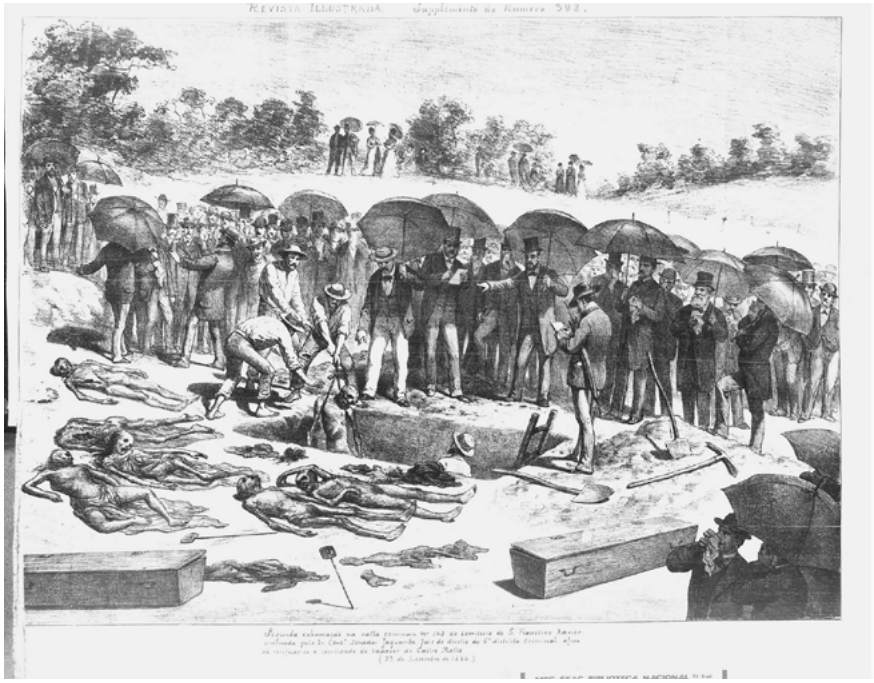
Figura 3 – Recapitulação do Caso Malta

Fonte: O Mequetrefe (25 dez. 1884, p. 4).

O Mequetrefe faz uma descrição bem didática do caso, rememorando os eventos e chamando-os de "Recapitulação do caso Malta. Página destinada ao arquivo da selvageria nacional" (O Mequetrefe, 25 dez. 1884). Em um dos quadros, apresenta-se a segunda exumação, com os seguintes dizeres:

> Afinal, a Lei conseguiu exumar novamente. Um espetáculo horrível se ofereceu então: dois cadáveres sem colete e um... decapitado! Além disso notou-se que a sepultura parecia ter sido violada... É horrível, espantoso! (O Mequetrefe, 25 dez. 1884, p. 4).

Figura 4 – Segunda exumação



Fonte: Revista Illustrada (30 dez. 1884, p. 9).

Já a *Revista Illustrada* (na data de 30 de dezembro de 1884) oferece uma imagem que fala por si só: os cadáveres sendo retirados da sepultura e colocados ao redor da mesma; um grande público assistindo à exumação; jornalistas anotando os eventos; uma pessoa tentando afastar o público da cena violenta que é apresentada. Cabe ressaltar que as folhas ilustradas sugerem um movimento de diálogo entre si. Ao mesmo tempo em que, em datas próxi-

mas, apresentam situações distintas e são dissonantes, por outro lado, são complementares entre si, ao trazer para o leitor posições diversas, mas não contraditórias. Cabe notar que a ideia de uma presença literária nessas publicações é intrínseca às mesmas.

Assim, *O Mequetrefe* possui uma linguagem que ressalta características complementares aos eventos. Frases como "um espetáculo horrível se ofereceu então" e "é horrível, espantoso!" são parte de uma reiteração literária na forma da notícia. Isso quer dizer que, mesmo nas folhas ilustradas, pode-se notar a intenção de criar uma cena, de explorar literariamente um evento com base em comentários que não são tão claros apenas pela imagem. Note-se que esse efeito, na Figura 4 (*Revista Illustrada*), pode ser extraído apenas pela interpretação da imagem, fazendo com que esta folha mostre, de fato, uma cena "horrível".

A Figura 5 corresponde à capa de *O Mequetrefe*, do dia 30 de janeiro de 1885, quando a revista *A Semana* estampava em suas páginas *Mattos, Malta ou Matta?*, folhetim de Aluísio Azevedo, fazendo com que os leitores tivessem acesso a diversas formas narrativas que dialogavam entre si. Contudo, se o folhetim de Azevedo se constrói de maneira muito irônica, a ilustração da capa de *O Mequetrefe* possui outra faceta.

Figura 5 – A questão Castro Malta

Fonte: O Mequetrefe (30 jan. 1885, p. 1).

Com os dizeres "A questão Castro Malta continua envolvida pelo véu do mais profundo mistério" (O Mequetrefe, 30 jan. 1885, p. 1), a revista apresenta um recruta envolto em uma teia. Numa espécie de retomada de um tema que fora muito abordado, em especial no mês de dezembro do ano anterior, *O Mequetrefe* atualiza a questão com uma ilustração isenta de ironia, ao contrário da primeira ilustração da folha, mostrada anteriormente (Figura 2). Agora, o evento é descrito como trágico.

O Mequetrefe e a *Revista Illustrada* pontuam questões que foram trazidas por alguns jornais – aqueles críticos às ações da polícia. O fato de o caso Castro Malta ter fornecido ensejo para tantas notícias – ilustradas ou não – aponta para o problema que se colocava naquela sociedade: o que fazer com os pobres. Como dito anteriormente, classes trabalhadoras e classes perigosas mesclam-se, formando um grande manancial de possibilidades. Em anos em que a abolição já estava na pauta do dia, tornava-se urgente a suspeição generalizada. Algumas folhas estavam, porém, em posição contrária a isso, fato que, por si só, mostra que havia um interesse em formar uma opinião pública contrária à ideia da suspeição generalizada.

4 O "caso Castro Malta" pela lente de Aluísio Azevedo

A exploração literária do caso pelo jornal *A Semana*, com a publicação de *Mattos, Malta ou Matta?*, mostra que o ocorrido forneceu ensejo a diversas publicações, reforçando que não se tratava de um assunto qualquer. Como dito anteriormente, o desaparecimento de Castro Malta era uma forma de criar uma opinião pública crítica à polícia e que dialogava com temas importantes naquele contexto, como a perseguição aos homens livres e não brancos. O caso Castro Malta, como foi visto, gerou impressionante repercussão, e trazer a história para a forma romance era uma das facetas que englobava toda a literatura de crime traduzida e, também, aquela escrita por autores brasileiros (Porto, 2009). Azevedo escreveu, além de *Mattos, Malta ou Matta?*, três romances que se fixavam em crimes e mistérios: *Mistério da Tijuca* (1883), *Memórias*

de um condenado (1882) e *Casa de Pensão* (1884). Dessas obras, a única que permaneceu canônica foi *Casa de Pensão*, publicada pela primeira vez entre 1883 e 1884, sob a forma de folhetim – assim como a maioria dos romances na época (Porto, 2016).

O que se pretende, nesta parte do presente estudo, é indagar em que medida *Mattos, Malta ou Matta?* pode ser visto como um romance policial. De fato, mais que um romance policial, pois a obra transcende as próprias características do gênero para dar forma a uma narrativa satírica e subversiva. Para compreender o caráter subversivo, baseio-me em algumas questões propostas por Bhabha (1998)[6].

Esse autor, ao abordar a mímica colonial, aponta que "o desejo de um Outro reformado, reconhecível, *como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente*" (Bhabha, 1998, p. 130-131), desestabiliza a autoridade do discurso colonial. Ainda de acordo com Bhabha (1998), o momento exato que "produz uma estratégia subversiva da agência subalterna está na 'civilidade dissimulada', [em que] há um processo de 'descosedura' iterativa e religação insurgente, incomensurável," (Bhabha, 1998, p. 257) sendo esse o momento relevante para a percepção do Outro. O autor afirma, também, que:

> [...] o discurso da mímica é construído em torno de uma ambivalência: para ser eficaz, a mímica deve produzir continuamente seu deslizamento, seu excesso, sua diferença. A autoridade daquele modo de discurso colonial que denomimei mímica é, portanto, marcada por uma indeterminação: a mímica emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa. A mímica é, assim, o signo de uma articulação dupla, uma estratégia complexa de reforma, regulação e disciplina que "se apropria" do Outro ao visualizar o poder (Bhabha, 1998, p. 130).

Nesse sentido, a cópia está fadada à falência, sendo que a condição da imitação abre espaço para a criação e para a subversão.

6 A comparação com as ideias de Bhabha não está presente em Porto (2016).

Ainda para Bhabha (1998, p. 34), "o evento histórico é representado em um discurso de algum modo fora de controle". Como foi visto, o caso Castro Malta provocou inúmeros eventos que saíram do controle das classes dominantes. A imprensa teve um papel primordial para gerar essa situação. Sem a intervenção da imprensa, teríamos apenas a nota de que Castro Malta foi preso, apresentada pelo *Jornal do Commercio*, em 18 de novembro de 1884, em que constava somente a informação de que João Alves de Castro Malta fora preso por ser "desordeiro conhecido" (Jornal do Commercio, 18 nov. 1884, p. 2).

Em *Mattos, Malta ou Matta?*, Azevedo produz um discurso da mímica. O autor dialoga com as publicações da imprensa no próprio subtítulo da primeira parte da narrativa. Assim, para revelar o mistério, introduz a expressão "novas revelações", apontando para o fato de que o narrador – o escritor das cartas – sabe que o dilema provocado pelo caso gerou um mistério.

Apesar de trazer "novas revelações", o romance intensifica o mistério a cada capítulo, aproximando-se dos romances policiais que foram produzidos na época e circulavam na imprensa brasileira. Assim, o escritor constrói uma narrativa em que permeiam referências ao romance policial, embora de forma irônica. De fato, Aluísio Azevedo dominava aquela forma textual. Talvez não tivesse sido intencional a elaboração de um romance policial. Embora possa existir essa contradição, o fato é que *Mattos, Malta ou Matta?* tem todas as características desse gênero.

A ironia permeia toda a obra, a começar pelo título. Além de sugerir a confusão de grafia do -lt para o -tt (Malta para Mattos), o que já havia motivado comentários nos jornais diários (e as autoridades justificaram apenas como uma confusão na hora de enviar o corpo ao cemitério), o autor indica uma terceira possiblidade: Matta. Com o jogo de palavras, Azevedo deixa claro que Malta (ou Mattos?) poderia ter sido morto.

Há mistério por todo o folhetim e um diálogo com o que estava presente nos outros jornais. Afinal, o que havia acontecido com

Castro Malta? Após duas exumações não se chegara a conclusões afirmativas em relação à identidade do cadáver. Após a segunda exumação surgiu, ainda, a inferência de que a cova comum em que ele estaria sepultado fora violada.

O personagem principal de *Mattos, Malta ou Matta?* era um marido traído. Supostamente, o amante de sua esposa era Castro Malta. A narrativa tem todas as características do romance policial. A história conta a investigação realizada pelo narrador em 1ª pessoa para descobrir o paradeiro de sua esposa. Contudo, o mais importante não é a história de honra do narrador (que está, de fato, em segundo plano), mas as reviravoltas que o encaminham por rumos ainda mais misteriosos. As revelações traziam à trama uma característica fundamental do gênero: o suspense.

Assim, quando estava prestes a embarcar em um trem para São Gonçalo, seguindo as pistas indicadas até o momento, um

> homem de meia idade me disse, falando-me à orelha:
>
> – Não vá à São Gonçalo, seria perder o seu tempo; se quiser ouvir um bom conselho, siga os rastros da Francesa que veio com o senhor na barca. Só ela, só a Jeannite lhe poderá dirigir os passos com segurança. Em todo o caso, se V. Senhoria não quiser dar ouvidos às minhas palavras, acredite ao menos que não deve tomar o bonde de Santanna e sim o de Barreto, porque este o aproximará mais facilmente daqueles que procura.
>
> Dizendo isto, o homem recuou dois passos e, escondendo o rosto numa capa rio-grandense que trazia, desapareceu nas sombras de uma casa em construção que nos ficava ao lado (Azevedo, 1985, p. 63).

Quase ao final da narrativa, no capítulo XX, ao revistar a roupa que pertencia a Castro Malta:

> Já desanimado, ia abandonar a roupa do miserável amante de minha mulher, quando descobri o bolsinho da luva e, aí,

> rebuscando avidamente, encontrei uma carta que me elucidou mais do que todos aqueles documentos e da qual darei parte ao leitor no seguinte capítulo (Azevedo, 1985, p. 124).

O "romance ao correr da pena" continua a narrar em primeira pessoa. Cabe ressaltar que o escritor primou por fazer uma construção literária aproveitando-se de um caso real muito noticiado pela imprensa. Mas, se Castro Malta ocupava a posição de "amante" de sua esposa – situação totalmente inventada no terreno da ficção –, a resolução do caso ou *affaire* aponta para uma subversão aos moldes pontuados por Bhabha (1998).

No final do romance, Quintino Bocauiva, do jornal *O Paiz*, reconhece que a culpa é do narrador da história que não era quem dizia ser e sim um romancista, estando a "empulhar o público com as suas patranhas" (Azevedo, 1985, p. 157):

> – Sim, sim, o senhor, e escusa negar [...].
>
> – Estou desmoralizado! – Exclamei procurando uma saída. Mas, à porta de entrada se haviam reunido vários repórteres e homens de letras que me tolheram a passagem. Todos riam e eu sentia já o suor correr-me pela fronte e entranhar-se pelos mistérios do colarinho (Azevedo, 1985, p. 158).

Para Quintino Bocaiuva, o romancista era "culpado por estar a roubar um assunto que não era o dele" (Azevedo, 1985, p. 157), mas do jornal *O Paiz*. O romance escrito por Aluísio Azevedo elabora uma paródia do romance policial, apropriando-se dessa forma narrativa para produzir uma história semelhante àquelas que circulavam na imprensa da época e entre os livreiros: literatura de crime e, nesse espectro mais específico, romance policial. O autor promoveu, portanto, um deslocamento ao trazer para o foco da resolução do caso o próprio romancista que era o narrador e, também, o detetive. Fazendo isso, recria e inova; reinventa e subverte. O que parecia o original é uma cópia construída. Ao revelar que o escritor é o criminoso, potencializa o projeto de transformar a paródia numa estratégia subversiva: ele revela a própria forma, im-

plodindo as características do gênero e fazendo, ao mesmo tempo, o primeiro romance policial brasileiro.

5 Conclusão

O caso Castro Malta não foi um episódio qualquer e revela um movimento intrínseco à sociedade da época. Os debates críticos sobre o desaparecimento de um indivíduo comum indicam que parte da sociedade estava imbuída em tratá-lo como um cidadão. Como se sabe, um movimento de suspeição generalizada permeava as ações da elite. Isso está refletido nas folhas da época, em que ocorre um processo de embate entre aquelas que não criticaram a posição da polícia – *Jornal do Commercio* e *Diario do Brazil* – e outras que fomentaram uma opinião pública contrária às ações da polícia – *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Folha Nova*, *Gazeta da Tarde*, *O Mequetrefe*, *Revista Illustrada*.

A Semana, jornal que publica *Mattos, Malta ou Matta?*, apesar de possuir característica singular às outras folhas por trazer o caso a partir de um folhetim, tem, também, uma perspectiva crítica às ações da polícia, o que pode ser confirmado pelo acréscimo de "Matta" no título do folhetim de Azevedo.

Considerando que a quantidade de jornais que criticaram as ações da polícia ao prender um indivíduo que "parecia ser desordeiro e vagabundo" foi maior que aqueles que as defenderam, conclui-se que uma opinião pública embasada na defesa dos direitos de todos os cidadãos livres prevaleceu naquele momento. Assim, independentemente de circunstâncias de compadrio e de formas de se comportar no espaço público, o que estava em jogo era a defesa dos direitos de homens e mulheres naquela sociedade, não obstante as relações de poder.

Dessa forma, os escritores-jornalistas se utilizaram de características próprias da literatura para elaborar notícias que não apenas descreviam os eventos, mas davam dramaticidade aos mesmos, criando um movimento que apelava aos sentidos dos leitores. Com isso, ao construir uma determinada opinião pública desfavorável às

ações da polícia, criavam, também, um jogo de palavras que traziam o caso Castro Malta e o desaparecimento de um indivíduo após sua prisão pela polícia para o terreno da excepcionalidade.

Isso quer dizer que, ao enfatizar o desaparecimento – e possível morte de Castro Malta – os escritores-jornalistas elaboraram todo um arsenal cênico que funcionava como forma de convencimento do leitor de que ali, naquele caso, havia ocorrido uma ação condenável que deveria ser vista como um exemplo negativo da ação policial. Ao fazer isso, questionava-se: afinal, a polícia seria aquela que defende o direito de todos os cidadãos ou está ao lado de um grupo específico de pessoas? Em uma década de intensos debates abolicionistas (1880), essa questão se tornava primordial.

As folhas ilustradas ampliaram o debate ao trazer, para o terreno da crítica ilustrada, o cerne da questão das folhas que criticavam as ações policiais. Assim, nota-se que as ilustrações fortaleciam o ensejo para uma opinião pública desfavorável às ações policiais. Veja-se que a questão central transita entre dois espectros de possibilidades. Um deles está em prender um indivíduo apenas pela aparência, ou seja, supondo que era desordeiro e vadio pela forma de se comportar e de se vestir no espaço público. O outro se volta para os eventos ocorridos após a prisão. As folhas – ilustradas ou não – trouxeram para o cerne de seus comentários o desaparecimento e provável morte de Castro Malta.

O folhetim de Aluísio Azevedo se apropria desse caso, dando-lhe uma feição irônica. Para fazer isso, utiliza-se de uma forma muito popular – o romance policial (ou judiciário, como era conhecido na época) e brinca com os leitores. Ao elaborar esta narrativa, Azevedo não deixa de trazer o clima de mistério que permeava as notícias das folhas. Sendo assim, torna-se complementar às mesmas. Isso pode ser verificado pelo final inusitado do folhetim, que apresenta Quintino Bocaiuva (de *O Paiz*) como aquele que desvenda o verdadeiro culpado. E não faz apenas isso. Ressalta que "à porta de entrada se haviam reunido vários repórteres e homens de letras que me tolheram a passagem" (Azevedo, 1985, p. 158). Voltando-se, claramente, aos escritores-jornalistas, o autor aponta

que esses estiveram presentes ao longo de todos os debates em torno do caso Castro Malta. Com isso, fizeram parte ativa da criação de uma opinião pública sobre o ocorrido. Azevedo ironiza, mas não esquece da importância desses profissionais para a elaboração dos jornais naquela época de tantos conflitos sociais.

Referências

A SEMANA. Rio de Janeiro: 3 jan. 1885, p. 5.

AINDA o caso Malta. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 67, 6 dez. 1884, p. 1.

AVENTURAS da polícia. *Gazeta da Tarde*, n. ilegível, 29 nov. 1884, p. 1.

AZEVEDO, Aluísio. *Mattos, Malta ou Matta.* Romance ao correr da pena. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis*. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888). Campinas: Unicamp, 2009.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Humanitas, 1998.

BONFIM, Juliana. Mattos, Malta ou Matta?, o romance policial pioneiro de Aluísio Azevedo. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 47, p. 65-88, 2022. Disponível em: https://convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/482. Acesso em: 29 out. 2025.

CINISMO ou imbecilidade?. *Folha Nova*, Rio de Janeiro, n. 765, 29 dez. 1884, p. 2.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemia na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIARIO DO BRAZIL. Rio de Janeiro: n. 274, 27 nov. 1884, p. 2.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FRÉGIER, Honoré Antoine. *Des classes dangereuses de la population dans les grandes villes, et des moyens de les rendre meilleures*. Paris: J. B. Baillière, Libraire de L'Académie Royale de Medicine, 1840.

INSISTIMOS e insistiremos. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 66, 5 dez. 1884, p. 1.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: 18 nov. 1884, p. 2.

KALIFA, Dominique; VAILLANT, Alain. Pour une histoire culturelle et littéraire de la presse française ao XIX siècle. *Le Temps des médias*, Paris, v. 2, n. 1, p. 197-214, 2004. Disponível em: https://shs.cairn.info/revue-le-temps-des-medias-2004-1-page-197?lang=fr. Acesso em: 26 set. 2025.

LELIO. Balas de estalo. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 347, 12 dez. 1884, p. 2.

MACHADO, Maria Helena Toledo. *O plano e o pânico.* Movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 1994.

MISTÉRIO. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, n. 281, 2 dez. 1884, p. 3.

NOVO mistério. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, n. 308, 30 dez. 1884, p. 1.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

NOTAS à margem. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 341, 6 dez. 1884, p. 1.

O CASO Castro Malta (comédia policial). *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, n. 359, 30 nov. 1884, p. 7.

O 'INCIDENTE' Malta. *Folha Nova*, Rio de Janeiro, n. 761, 25 dez. 1884, p. 2.

O INCIDENTE Castro Malta. *Folha Nova*, Rio de Janeiro, n. 758, 22 dez. 1884, p. 1.

O INCIDENTE Castro Malta. Morte e sepultado. *Folha Nova*, Rio de Janeiro, n. 853, 28 mar. 1885, p. 1.

O MEQUETREFE. Rio de Janeiro: n. 361, 25 dez. 1884.

O MEQUETREFE. Rio de Janeiro: n. 364, 30 jan. 1885, p. 1.

O QUE eles disseram. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 61, 1 dez. 1884, p. 1.

POLÍCIA da corte. *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro, n. 285, 11 dez. 1884, p. 3.

PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas*: literatura de crime no Brasil (1870-1920). 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/436292. Acesso em: 29 out. 2025.

PORTO, Ana Gomes. O romance policial e a literatura brasileira: recepção, significados e apropriações. *In:* ABREU, Márcia (org.). *Romances em movimento*: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 279-305. Disponível em: https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1499645?returnUrl=%2Facervo%2Fdetalhe%2F978724. Acesso em: 29 out. 2025.

POST-SCRIPTUM. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1884, p. 1.

QUAL será o epílogo?. *Folha Nova*, Rio de Janeiro, n. 757, 21 dez. 1884, p. 2.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro: n. 396, 30 nov. 1884, p. 8.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro: n. 398, 30 dez. 1884, p. 9.

THÉRENTY, Marie-Eve. Pour une histoire littéraire de la presse au XIXe siècle. *Revue d'histoire littéraire de la France*, Paris, v. 103, n. 3, p. 625-632, 2003. Disponível em: https://shs.cairn.info/revue-d-histoire-litteraire-de-la-france-2003-3-page-625?lang=fr&tab=cites-par. Acesso em: 26 set. 2025.

VAILLANT, Alain. Invention littéraire et culture médiathique au XIX siècle. *In*: MOLLIER, Jean-Yes; SIRINELLI, Jean-François; VALLOTTON, François. *Culture de masse et culture médiatique en Europe et dans les Amériques. 1860-1940*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006. p. 11-22.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Letras. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.